



CADERNO DE QUESTÕES

AGENTE FAZENDÁRIO

NÍVEL MÉDIO / MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. A totalidade da Prova terá a duração de 3h (três horas), incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
4. Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 1h (uma hora) de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva.
5. A Folha de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva quando faltarem 60 (sessenta) minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <www.paconcursos.com.br>

DESTAQUE AQUI

01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

LINGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Leia o texto:

“A recente popularização dos aplicativos de mobilidade urbana não pode ser vista como uma mera substituição de um serviço por outro. Trata-se de um fenômeno complexo que redefine a relação das pessoas com o espaço da cidade, impacta a economia informal e gera novos debates sobre legislação trabalhista. Embora ofereça praticidade, sua atuação em áreas periféricas ainda é incipiente, o que acentua desigualdades territoriais preexistentes”.

COSTA, M. Urbanidade e Tecnologia. São Paulo: Editora Moderna, 2023.

Com base no texto, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) O fenômeno da mobilidade urbana é analisado para além de uma simples troca de serviços.
- (B) A atuação dos aplicativos gera consequências na esfera econômica e jurídica.
- (C) A tese central do texto é a superioridade dos aplicativos em relação ao transporte tradicional.
- (D) Existe uma relação crítica entre a atuação dos aplicativos e a dinâmica das cidades.
- (E) A praticidade do serviço é reconhecida, mas não isenta o fenômeno de críticas.

QUESTÃO 02

No período “**Embora** o resultado tenha sido positivo, é necessário cautela, **pois** os dados ainda são preliminares.”, os conectivos destacados estabelecem, respectivamente, relações de:

- (A) Conformidade e explicação.
- (B) Concessão e comparação.
- (C) Condição e consequência.
- (D) Comparação e finalidade.
- (E) Concessão e causa.

QUESTÃO 03

As palavras: **super-homem**, **reescrever** e **coca-cola** são formadas, respectivamente, pelos processos de:

- (A) Derivação prefixal, composição por justaposição e derivação sufixal.
- (B) Derivação prefixal, prefixação e composição por justaposição.
- (C) Derivação sufixal, composição por justaposição e prefixação.

(D) Derivação prefixal, composição por aglutinação e derivação prefixal e sufixal.

(E) Derivação sufixal, composição por justaposição e derivação prefixal.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está **INCORRETA** de acordo com a norma-padrão.

- (A) É preciso que se providencie os documentos.
- (B) A maioria dos candidatos chegou atrasada.
- (C) Fazia muitos anos que não nos víamos.
- (D) Os Estados Unidos são uma potência econômica.
- (E) Já é uma e meia da tarde.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas e acentuadas **CORRETAMENTE**, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Herói, jiboia, gratuito, saída.
- (B) Circúito, ideia, baú, café.
- (C) Itens, crêem, paciência, enjôo.
- (D) Veêm, ruím, saúde, âmbito.
- (E) Pônei, constrói, refém, ícone.

QUESTÃO 06

A expressão “Precisa-se de digitadores experientes” apresenta uma construção em que a partícula “se” exerce a função de:

- (A) Pronome recíproco.
- (B) Índice de indeterminação do sujeito.
- (C) Pronome reflexivo.
- (D) Parte integrante do verbo.
- (E) Pronome apassivador, formando a voz passiva sintética.

QUESTÃO 07

A crase está empregada **CORRETAMENTE** em:

- (A) Refiro-me àqueles professores dedicados.
- (B) O pedido foi encaminhado à todos os setores.
- (C) Daqui à pouco, começará a reunião.
- (D) Fui à São Paulo resolver questões pessoais.
- (E) Ele se dirigiu à mim com muita educação.

QUESTÃO 08

A vírgula foi empregada **CORRETAMENTE** em:

- (A) Os candidatos que estudaram, foram aprovados com louvor.
- (B) Entretanto, é preciso considerar, os aspectos subjetivos da questão.
- (C) O diretor, o coordenador e o professor, reuniram-se ontem.
- (D) Declaro, para os devidos fins, que o documento é autêntico.
- (E) Paulo, esperou por muito tempo, pelo resultado da ação.

QUESTÃO 09

Massa de Panqueca Simples

Ingredientes:

- 1 ovo
- 1 xícara de farinha de trigo
- 1 xícara de leite
- 1 pitada de sal
- 1 colher de sopa de óleo

Modo de preparo: bata todos os ingredientes no liquidificador. A seguir, aqueça uma frigideira untada com um fio de óleo em fogo baixo.

Coloque um pouco da massa na frigideira não muito quente e esparrame de modo a cobrir todo o fundo e ficar só uma camada fina de massa.

Deixe igualar os dois lados, até que fiquem levemente douradas. Retire com a espátula, e sirva com o recheio de sua preferência.

Sugestão de recheio: carne moída, queijo e geleia.

Disponível em: <https://www.tudogostoso.com.br/receita/113143-massa-de-panqueca-simples.html>. Acesso em: 15 out. 2025

Um texto que tem como finalidade principal instruir o leitor sobre a execução de uma tarefa, utilizando linguagem clara e direta, com verbos frequentemente no modo imperativo, pertence à tipologia textual:

- (A) Narrativa.
- (B) Descritiva.
- (C) Expositiva.
- (D) Argumentativa.
- (E) Injuntiva.

QUESTÃO 10



Disponível em: <https://4.bp.blogspot.com/-6bHblzRXyE/Ws0p8SDCndI/AAAAAAAAAWA/tYYw8yGvcJ0x82QJiIN2T61QFwNBvTtkwCLcBGAs/s1600/KISUCO.png>. Acesso em: 16 out. 2025

Na frase do cartaz publicitário: “O refresco da Jarrinha Sorridente”, há a presença de uma figura de linguagem que consiste em:

- (A) Metáfora, pois está estabelecendo uma relação de semelhança implícita.
- (B) Metonímia, pois está substituindo a causa pelo efeito.
- (C) Hipérbole, pois está apresentando uma ideia exagerada.
- (D) Prosopopeia, pois está atribuindo uma característica humana à jarra.
- (E) Eufemismo, pois está suavizando a ação do produto.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

Em um município litorâneo, a administração local instituiu um programa de educação ambiental voltado à preservação dos manguezais, ecossistemas essenciais à biodiversidade, à regulação climática e à proteção costeira. O programa envolve ações educativas, mobilização comunitária e campanhas públicas.

Considerando os princípios da educação ambiental e do uso sustentável previstos na legislação brasileira, aponte a alternativa **CORRETA** sobre a abordagem adequada para esse programa.

(A) A efetividade do programa depende fundamentalmente de processos educativos contínuos e formais, sendo a participação comunitária um elemento acessório e não essencial à sua implementação.

(B) A incorporação de saberes tradicionais e práticas locais pode ser admitida desde que subordinada às diretrizes técnicas estabelecidas exclusivamente por órgãos ambientais federais.

(C) A educação ambiental deve articular conhecimento científico e saberes comunitários, estimulando práticas sustentáveis e consolidando a corresponsabilidade social na preservação dos ecossistemas.

(D) A proteção dos manguezais no contexto urbano pode prescindir de regulamentação municipal específica, bastando a aplicação direta das normas gerais de proteção ambiental já existentes.

(E) O uso sustentável dos manguezais autoriza a exploração periódica de seus recursos, desde que previamente autorizada por estudo de impacto ambiental simplificado conduzido pelo município.

QUESTÃO 12

No contexto da colonização portuguesa, o atual município de Cairu, situado no arquipélago de Tinharé, destacou-se como um dos mais antigos núcleos de ocupação do litoral sul da Bahia, desempenhando papel estratégico na estruturação territorial do Brasil colonial. Sua posição geográfica favoreceu a navegação de cabotagem, a integração às rotas atlânticas e a instalação de estruturas administrativas e religiosas que consolidaram a presença lusa na região. A permanência de elementos arquitetônicos coloniais e sua atual relevância turística revelam continuidades históricas significativas.

Considerando esse processo e a importância regional de Cairu, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A localização insular de Cairu contribuiu para seu papel logístico no sistema colonial, integrando rotas marítimas e servindo como entreposto de redistribuição de mercadorias entre diferentes núcleos da Capitania da Bahia.

(B) A formação urbana de Cairu foi impulsionada por estratégias da Coroa voltadas à consolidação da presença portuguesa e à articulação de estruturas político-administrativas no litoral atlântico.

(C) O patrimônio arquitetônico de Cairu, formado em grande parte por edificações religiosas e civis do período colonial, constitui elemento central de sua identidade histórica e atratividade turística contemporânea.

(D) A atual dinâmica econômica de Cairu se ancora, em parte, na valorização de seu passado histórico e de sua paisagem natural, elementos fundamentais para o turismo cultural e ecológico.

(E) A relevância econômica de Cairu circunscreveu-se ao período imperial, quando a navegação de cabotagem substituiu por completo a importância estratégica que possuía durante a colonização portuguesa.

QUESTÃO 13

A intensificação da globalização no século XX e início do XXI consolidou os blocos econômicos como instrumentos estratégicos de integração regional, destinados a ampliar o comércio, reduzir barreiras alfandegárias, fortalecer a competitividade dos países e, em estágios mais avançados, harmonizar políticas econômicas e institucionais. A União Europeia representa um exemplo singular desse processo, ao ultrapassar a dimensão econômica e alcançar níveis de união política e monetária. Já o Mercosul constitui um bloco intergovernamental que busca a integração econômica e a coordenação política entre seus Estados-membros.

Considerando as características, os objetivos e os diferentes graus de integração dos blocos econômicos no contexto da globalização, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A União Europeia constitui um exemplo de bloco econômico que ultrapassou a integração meramente comercial, assegurando a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais, além de adotar moeda única em parte de seus Estados-membros.

(B) O Mercosul tem como metas a eliminação progressiva de barreiras tarifárias e a criação de uma tarifa externa comum, embora não disponha de moeda única nem de autoridade monetária supranacional.

(C) Blocos econômicos em estágios mais avançados de integração podem estabelecer políticas comuns em setores estratégicos, como agricultura e meio ambiente, com vistas à harmonização normativa e à redução de assimetrias internas.

(D) A adesão ao Mercosul envolve a adoção de compromissos de política externa que buscam a convergência programática entre os membros, o que na prática tem sido interpretado como vinculação diplomática conjunta em organismos multilaterais e negociações internacionais.

(E) A globalização favorece a formação e o fortalecimento de blocos econômicos, que atuam como mecanismos de ampliação da competitividade regional e de projeção geopolítica de seus integrantes.

QUESTÃO 14

O uso intensivo das redes sociais transformou a dinâmica da vida contemporânea, trazendo benefícios comunicacionais, mas também desafios à saúde preventiva, ao bem-estar digital e à responsabilidade individual e coletiva. A exposição constante a fluxos informacionais e interações online pode afetar a saúde mental, enquanto a propagação de conteúdos falsos compromete a integridade do ambiente digital. Nesse cenário, a adoção de práticas conscientes é essencial para a construção de ecossistemas informacionais seguros e saudáveis.

Considerando essas dimensões, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A responsabilidade coletiva envolve a construção de ambientes digitais íntegros, o incentivo à alfabetização midiática e a adoção de mecanismos de enfrentamento a discursos nocivos e práticas abusivas no espaço virtual.

(B) A responsabilidade individual no ambiente digital compreende a verificação das informações antes do compartilhamento, mas não se estende à análise crítica dos efeitos emocionais que os conteúdos podem produzir.

(C) A saúde preventiva nas redes sociais está relacionada à gestão do tempo de uso, não sendo influenciada pela natureza das interações nem pela qualidade dos conteúdos acessados.

(D) O uso consciente das redes requer evitar conteúdos polêmicos, pois a interação com temas controversos representa risco direto à saúde mental e à coesão social.

(E) A saúde mental digital decorre exclusivamente do equilíbrio entre tempo online e offline, independentemente da complexidade das dinâmicas relacionais estabelecidas nas redes.

QUESTÃO 15

O período da Nova República, iniciado em 1985 com a redemocratização brasileira, representou uma profunda reconfiguração institucional e socioeconômica do país. Marcado pelo fim do regime militar, pela promulgação da Constituição de 1988 e por um processo de abertura política e modernização econômica, o período foi atravessado por planos de estabilização, redefinição da política externa e ampliação dos direitos sociais.

Considerando os principais marcos e características desse período histórico, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A transição da ditadura militar para o regime democrático consolidou-se com a eleição direta para presidente da República em 1989, após um longo processo de mobilização social e abertura política iniciado ainda na década de 1970.

(B) A política externa da Nova República caracterizou-se por alinhamento automático e contínuo aos Estados Unidos, afastando-se de iniciativas multilaterais e de cooperação com organismos internacionais.

(C) A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo pacto social, incorporando direitos fundamentais e ampliando o papel do Estado em áreas como saúde, educação e seguridade social.

(D) A implementação do Plano Real, em 1994, representou um marco na estabilização da economia brasileira ao conter a hiperinflação e fortalecer a moeda nacional.

(E) A busca por justiça social e inclusão levou à criação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que contribuíram para a redução dos índices de pobreza e desigualdade no início do século XXI.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 16

Marque o resultado **CORRETO** na seguinte operação numérica: $20 - 3 \times (4 + 2) + 10 \div 2$.

(A) 3.

(B) 7.

(C) 10.

(D) 12.

(E) 14.

QUESTÃO 17

Um agricultor tem uma plantação de maçãs e percebe que, em média, para cada 3 maçãs grandes, ele colhe 5 maçãs pequenas. Se ele colher 30 maçãs grandes, quantas maçãs pequenas ele pode esperar colher, mantendo a mesma proporção?

(A) 40.

(B) 45.

(C) 50.

(D) 60.

(E) 75.

QUESTÃO 18

Maria é uma microempreendedora que decidiu investir R\$ 1.200,00 em um determinado banco no qual oferece uma taxa de juros simples de 5% ao ano. Assinale o valor **CORRETO** do total acumulado após 3 anos.

- (A) 1.380,00.
- (B) 1.400,00.
- (C) 1.500,00.
- (D) 1.560,00.
- (E) 1.800,00.

QUESTÃO 19

Em atenção a sequência de números abaixo, determine qual é o próximo número.

$2 \rightarrow 5 \rightarrow 11 \rightarrow 23 \rightarrow 47 \rightarrow ?$

- (A) 90.
- (B) 91.
- (C) 93.
- (D) 95.
- (E) 103.

QUESTÃO 20

Um mapa representa uma área de terreno com escala de 1 cm: 250 m. Se nesse mapa a distância entre dois pontos é de 3,6 cm, qual é a distância real entre esses dois pontos no terreno?

- (A) 0,30 km.
- (B) 0,32 km.
- (C) 1,45 km.
- (D) 0,65 km.
- (E) 0,90 km.

QUESTÃO 21

Um determinado carro percorre uma distância de 240 km com 20 litros de gasolina. Mantendo o consumo, em quantos quilômetros ele percorrerá com 35 litros?

- (A) 410km.
- (B) 420km.
- (C) 425km.
- (D) 440km.
- (E) 455km.

QUESTÃO 22

Em uma caixa há 5 bolas vermelhas, 3 bolas azuis e 2 bolas verdes, todas do mesmo tamanho e sem marcas. Se uma bola for retirada ao acaso, qual é a probabilidade de ela ser azul?

- (A) $1/3$.
- (B) $2/5$.
- (C) $3/10$.
- (D) $2/5$.
- (E) $4/5$.

QUESTÃO 23

Qual das opções abaixo representa um número irracional?

- (A) $\sqrt{25}$.
- (B) $\frac{7}{2}$.
- (C) 0,333...(dízima periódica).
- (D) π .
- (E) -8.

QUESTÃO 24

Considerando a expressão algébrica: $(x + 5)^2$. Qual das alternativas representa o desenvolvimento **CORRETO** dessa expressão utilizando produtos notáveis?

- (A) $x^2 + 25$.
- (B) $x^2 + 10x + 25$.
- (C) $x^2 + 5x + 25$.
- (D) $x^2 + 10x + 10$.
- (E) $x^2 + 5x + 10$.

QUESTÃO 25

Considere a seguinte afirmação:
"Se *chove*, então *levo guarda-chuva*.
Hoje eu não levei o guarda-chuva".

Com base nessa informação, é **CORRETO** concluir que:

- (A) Hoje não choveu.
- (B) Hoje choveu.
- (C) Levar guarda-chuva depende da previsão do tempo.
- (D) A afirmação é falsa.
- (E) Não é possível concluir nada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), consolidou no ordenamento jurídico brasileiro o regime de responsabilidade na gestão fiscal, impondo aos entes federativos obrigações de planejamento, controle, transparência e responsabilidade no uso dos recursos públicos. Tais dispositivos têm por objetivo assegurar o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade fiscal da Administração.

Considerando os princípios e comandos da LRF, bem como as obrigações impostas aos gestores públicos municipais no processo de elaboração e execução orçamentária, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) O princípio do equilíbrio orçamentário, previsto implicitamente na LRF, permite que as despesas projetadas superem as receitas estimadas, desde que o Município demonstre, em anexo específico à Lei de Diretrizes Orçamentárias, a intenção futura de compensar o déficit com operações de crédito extraordinárias.

(B) A despesa total com pessoal deve observar os limites percentuais fixados pela LRF, que incluem tanto os gastos com ativos quanto aqueles com inativos e pensionistas, sendo vedada a concessão de vantagens ou a criação de cargos que resultem no descumprimento desses limites.

(C) A realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) independe da comprovação de insuficiência de caixa e pode ocorrer mesmo após o encerramento do exercício financeiro, desde que prevista na Lei Orçamentária Anual.

(D) A transparência fiscal, embora recomendada, não constitui obrigação legal no âmbito municipal, podendo a divulgação de relatórios de execução orçamentária e gestão fiscal ser substituída por comunicações internas à Câmara Municipal.

(E) A criação de despesa obrigatória de caráter continuado prescinde de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, bastando a demonstração de relevância do programa governamental ao qual se vincula, desde que aprovada pela maioria simples do Legislativo.

QUESTÃO 27

O sistema tributário nacional, delineado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Código Tributário Nacional (CTN), estabelece os elementos estruturantes da competência tributária e os critérios essenciais para a instituição, arrecadação e fiscalização dos tributos.

Entre esses critérios, destacam-se a legalidade, a tipicidade cerrada, a vinculação da taxa à atuação estatal específica e a distinção entre as diversas espécies tributárias.

Considerando as normas gerais de Direito Tributário e o disposto no CTN, aponte a alternativa **CORRETA** quanto à natureza jurídica dos tributos e aos requisitos para sua instituição.

(A) A taxa somente pode ser instituída por lei em razão do exercício regular do poder de polícia ou da utilização efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, não se confundindo com preço público, ainda que a cobrança se dê pela prestação de um serviço.

(B) A contribuição de melhoria pode ser instituída por decreto do chefe do Executivo municipal sempre que a obra pública valorizar o imóvel particular, sendo facultativa a edição de lei específica, desde que os critérios de cálculo estejam definidos em regulamento.

(C) O imposto é tributo vinculado a uma contraprestação estatal direta e proporcional ao benefício recebido pelo contribuinte, devendo sua instituição observar a efetiva prestação de serviço público pelo ente tributante.

(D) A taxa de coleta de lixo urbano tem natureza de preço público, podendo ser instituída por ato infralegal quando houver delegação contratual do serviço a empresa privada.

(E) A instituição de qualquer tributo depende da edição de lei complementar federal, salvo se prevista expressamente na Constituição Federal, hipótese em que a competência poderá ser exercida por decreto legislativo municipal.

QUESTÃO 28

O sistema tributário brasileiro estrutura-se sobre categorias distintas de tributos, cada uma com natureza jurídica própria e pressupostos específicos de instituição e cobrança. A correta compreensão dessas espécies — impostos, taxas e contribuições — é essencial para a legalidade da atuação fiscal e para a formulação de políticas públicas de arrecadação no âmbito municipal.

Considerando o disposto no Código Tributário Nacional (CTN) e na Constituição Federal de 1988, aponte a alternativa **INCORRETA** quanto aos conceitos e características dos tributos.

(A) A taxa caracteriza-se por sua vinculação ao exercício do poder de polícia ou à prestação efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, sendo devida mesmo que o contribuinte não utilize diretamente o serviço, desde que este esteja à sua disposição.

(B) A contribuição de melhoria possui natureza vinculada e sua cobrança decorre da realização de obra pública que acarrete valorização imobiliária, devendo o valor exigido respeitar o limite individual da valorização experimentada pelo imóvel.

(C) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) é tributo cuja hipótese de incidência não depende de qualquer contraprestação estatal específica ao contribuinte, constituindo-se como prestação compulsória desvinculada.

(D) As contribuições sociais constituem tributos vinculados e devem necessariamente ter sua arrecadação e aplicação destinadas exclusivamente ao financiamento da seguridade social, sendo vedada sua utilização para outros fins públicos.

(E) O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) incide sobre a propriedade localizada em zona urbana, independentemente de seu uso, exploração econômica ou edificações existentes, observados os critérios legais e constitucionais.

QUESTÃO 29

A competência tributária constitui parcela do poder de tributar atribuída pela Constituição Federal aos entes federativos, permitindo-lhes instituir e arrecadar tributos dentro dos limites constitucionais. No caso dos Municípios, essa competência possui caráter indelegável, salvo a capacidade tributária ativa, que pode ser delegada a outros entes ou entidades. A correta compreensão dessa competência é fundamental para evitar usurpações de competência e garantir a legalidade do sistema tributário.

Considerando as normas constitucionais e infraconstitucionais sobre a competência tributária municipal, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) Os Municípios podem instituir taxas pelo exercício regular do poder de polícia, desde que vinculadas à utilização efetiva de serviços públicos gerais e indivisíveis, como iluminação pública e segurança urbana.

(B) A Constituição permite que os Municípios criem contribuições sociais para financiar políticas públicas de interesse local, desde que não haja duplicidade com as contribuições instituídas pela União.

(C) Os Municípios possuem competência concorrente com os Estados para instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal, desde que previamente autorizados por lei complementar federal.

(D) O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza poderá ser instituído pelo Município, desde que destinado exclusivamente ao custeio de serviços públicos locais essenciais e previsto em lei complementar municipal específica.

(E) Os Municípios têm competência para instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), bem como sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis (ITBI), observadas as limitações constitucionais ao poder de tributar.

QUESTÃO 30

A administração tributária constitui função essencial ao Estado, devendo ser exercida em estrita observância aos princípios constitucionais que regem o sistema tributário nacional e os direitos fundamentais dos contribuintes.

A Constituição Federal de 1988 estabelece parâmetros materiais e formais para a instituição, arrecadação e fiscalização de tributos, bem como limitações ao poder de tributar que visam assegurar segurança jurídica e previsibilidade fiscal.

No Município de Santa Felícia, o chefe do Poder Executivo, diante de grave crise financeira, editou decreto instituindo contribuição para custeio de serviços públicos de manutenção urbana, prevendo sua cobrança imediata ainda no mesmo exercício financeiro, sob o argumento de urgência e interesse público relevante. A Câmara Municipal não deliberou previamente sobre a matéria.

Considerando as normas constitucionais aplicáveis à administração tributária e os princípios que limitam o poder de tributar, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A criação de tributos exige lei em sentido formal, editada pelo Poder Legislativo competente, sendo inconstitucional sua instituição por decreto, ainda que justificada por interesse público, em respeito ao princípio da legalidade tributária previsto no art. 150, I, da Constituição.

(B) A anterioridade anual e a anterioridade nonagesimal aplicam-se indistintamente a todos os tributos, inclusive empréstimos compulsórios e impostos extraordinários de guerra, não sendo admitidas exceções à sua observância.

(C) A administração tributária pode exercer a capacidade tributária ativa delegada por outro ente federado, inclusive para instituir tributos, desde que a competência material permaneça com o ente originário.

(D) A reserva de lei específica para instituição de tributos pode ser suprida por autorização genérica contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desde que o tributo instituído tenha destinação vinculada a serviço público essencial.

(E) O princípio da legalidade tributária admite mitigação em hipóteses de calamidade pública reconhecida, permitindo a instituição temporária de tributos por ato do Executivo, desde que limitada ao exercício financeiro em curso.

QUESTÃO 31

O poder de polícia administrativa, previsto no art. 78 do Código Tributário Nacional, é instrumento essencial para a atuação estatal na ordenação de condutas individuais em prol do interesse coletivo, permitindo à Administração Pública restringir direitos e condicionar atividades em nome da segurança, salubridade, ordem pública e tranquilidade social.

No âmbito municipal, manifesta-se, entre outras formas, na fiscalização de trânsito, concessão de licenças e aplicação de sanções administrativas.

Considerando a natureza, os limites e as finalidades do poder de polícia administrativa no contexto da prestação de serviços públicos, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A atividade de fiscalização do cumprimento das normas de trânsito, com a imposição de sanções a quem as descumpra, configura manifestação típica do poder de polícia administrativa, desde que exercida com observância dos princípios do devido processo legal e da legalidade.

(B) A revogação unilateral de licenças previamente concedidas pode ocorrer no exercício do poder de polícia quando houver descumprimento das condições impostas pela Administração, devendo ser precedida de motivação e respeitado o contraditório e a ampla defesa.

(C) O poder de polícia administrativa permite à Administração impor limitações ao uso de bens públicos e privados em prol da coletividade, sendo legítimo, por exemplo, restringir a circulação de veículos em determinadas vias para garantir a ordem e a segurança públicas.

(D) A imposição de sanções decorrentes do poder de polícia prescinde de prévio processo administrativo, desde que a infração esteja claramente prevista em lei e seja constatada pela autoridade competente no momento da fiscalização.

(E) O exercício do poder de polícia administrativa encontra limites nos direitos fundamentais e deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sob pena de invalidade do ato administrativo.

QUESTÃO 32

A atuação administrativa do Estado encontra limites constitucionais claros, especialmente nos direitos e garantias fundamentais consagrados pela Constituição Federal de 1988. Tais garantias asseguram ao administrado proteção contra arbitrariedades e garantem que o exercício do poder público se dê em conformidade com os princípios do Estado Democrático de Direito.

Considere a seguinte situação hipotética: Um servidor público municipal, ao analisar um pedido de licença protocolado por um cidadão, decide indeferir-lo com base em critérios internos não previstos em norma legal e sem motivação expressa. Inconformado, o cidadão recorre administrativamente, alegando que a decisão violou direitos fundamentais assegurados pela Constituição.

À luz dos direitos e garantias fundamentais aplicáveis à atuação administrativa, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A discricionariedade administrativa autoriza o servidor a decidir conforme sua conveniência e oportunidade, dispensando a necessidade de fundamentação expressa, desde que a decisão não contrarie interesse público relevante.

(B) A garantia do contraditório e da ampla defesa deve ser observada em processos administrativos sempre que houver a possibilidade de imposição de restrições a direitos individuais, mesmo quando não se trate de processo punitivo.

(C) O princípio da publicidade impõe que todos os atos administrativos sejam previamente divulgados em meio oficial, sendo nulos os atos cuja publicação ocorra apenas após a produção de seus efeitos.

(D) O princípio da eficiência autoriza a Administração a relativizar direitos fundamentais do administrado, desde que tal relativização se fundamente na supremacia do interesse público e vise à prestação célere do serviço público.

(E) O princípio da legalidade limita-se à lei em sentido estrito, não se estendendo a atos normativos infralegais, que podem ser livremente contrariados pela Administração quando houver interesse público prevalente.

QUESTÃO 33

Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, expressos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, formam o alicerce jurídico sobre o qual se assentam a validade, a legitimidade e a finalidade dos atos administrativos. Esses princípios — legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência — não são compartimentos estanques, mas diretrizes interdependentes que devem ser observadas de forma conjunta e harmônica, inclusive nos processos de contratação pública.

Considere a seguinte situação hipotética: O Município de Monte Verde enfrenta grave crise na limpeza urbana e a continuidade do serviço é considerada essencial à saúde pública. Diante disso, o prefeito decide contratar diretamente a mesma empresa que já prestava o serviço, sem instaurar novo processo licitatório, justificando a medida no princípio da eficiência e na necessidade de evitar a interrupção de um serviço essencial. O ato é publicado no diário oficial do município, acompanhado de parecer técnico que reconhece a urgência da situação.

À luz dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) O princípio da eficiência autoriza o gestor a afastar a legalidade e a impessoalidade quando demonstrado interesse público relevante e urgência na continuidade de serviço essencial, dispensando a necessidade de processo licitatório.

(B) A publicidade do ato administrativo supre eventuais vícios de legalidade, desde que acompanhada de parecer técnico fundamentado e divulgada em meio oficial antes da execução contratual.

(C) A contratação direta sem licitação, ainda que justificada pela eficiência e pela essencialidade do serviço, viola os princípios da legalidade e da impessoalidade, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei, pois a eficiência não possui força normativa para afastar a obrigatoriedade da licitação.

(D) A moralidade administrativa é atendida quando a contratação direta decorre de parecer técnico que atesta a urgência do serviço, mesmo que não haja previsão legal expressa para a dispensa de licitação.

(E) A legalidade exige a existência de lei que autorize a contratação direta, mas sua ausência pode ser compensada pela demonstração de eficiência e continuidade do serviço público essencial, desde que observada a razoabilidade.

QUESTÃO 34

A arrecadação e a fiscalização dos tributos municipais, como o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), são expressões diretas da competência tributária do Município e constituem instrumentos essenciais para a execução de políticas públicas locais. Tais atividades devem observar os princípios constitucionais da legalidade, devido processo legal e segurança jurídica, além das disposições específicas do Código Tributário Nacional e da legislação municipal aplicável.

Considere a seguinte situação hipotética: O Município de Boa Esperança implantou um novo sistema eletrônico de fiscalização e cobrança do IPTU. Pelo sistema, a notificação de lançamento passou a ser disponibilizada exclusivamente no portal eletrônico da prefeitura, sem envio físico ou pessoal ao contribuinte. Além disso, determinou-se a aplicação automática de multa de mora em caso de atraso no pagamento, sem abertura de prazo para manifestação prévia. A administração ainda autorizou a inclusão imediata do contribuinte inadimplente em cadastros de proteção ao crédito, logo após o vencimento do tributo.

À luz da Constituição Federal, do CTN e da legislação tributária aplicável, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A notificação do lançamento do IPTU deve necessariamente ocorrer por via pessoal ou postal, sendo inconstitucional sua disponibilização exclusivamente por meio eletrônico.

(B) A imposição de multa de mora em decorrência do atraso no pagamento do IPTU não exige prévio processo administrativo, pois não se trata de penalidade decorrente de infração, mas de sanção automática prevista em lei.

(C) A inclusão do contribuinte inadimplente em cadastros de proteção ao crédito independe de notificação prévia da constituição do crédito tributário, bastando o decurso do prazo legal para pagamento.

(D) A ausência de atualização anual do valor venal do imóvel acarreta nulidade do lançamento e inviabiliza a cobrança do IPTU no exercício seguinte.

(E) A cobrança do IPTU pode ser realizada independentemente de lançamento, desde que o contribuinte reconheça o débito e efetue o pagamento espontâneo no prazo legal.

QUESTÃO 35

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, expressa na Constituição Federal de 1988, é caracterizada pela autonomia dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). Tal autonomia é garantida pela capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração, e encontra seus limites nas normas e princípios constitucionais.

Com base nos fundamentos constitucionais da Federação e na interação entre os entes federativos, analise as assertivas a seguir e indique a alternativa **CORRETA**.

I. A autonomia legislativa dos Municípios em matéria de direito financeiro e orçamentário está subordinada, hierarquicamente, às normas gerais e aos princípios estabelecidos pela União e, subsidiariamente, pelos Estados, em razão da repartição constitucional de competências.

II. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios são competências reservadas ao Congresso Nacional, que as exercerá por meio de lei federal, ouvidas as Assembleias Legislativas dos Estados envolvidos.

III. A autonomia dos entes federativos é um princípio absoluto da República, não podendo ser suspensa ou restringida, sob nenhuma hipótese, por ato do Poder Executivo ou do Poder Judiciário.

IV. A extinção ou a fusão de Municípios dependem de lei estadual específica e de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas, devendo ainda ser respeitados os requisitos previstos em lei complementar federal.

(A) Apenas a assertiva I está correta.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 36

Um município editou lei instituindo uma taxa de iluminação pública para custear a manutenção e a expansão da rede elétrica urbana. O tributo é cobrado anualmente de todos os proprietários de imóveis, inclusive daqueles situados em ruas sem postes de iluminação, sendo calculado com base no valor venal do imóvel. A arrecadação é integralmente destinada ao custeio do serviço.

Considerando os princípios constitucionais tributários e a natureza jurídica das taxas, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A cobrança com base no valor venal do imóvel descaracteriza a natureza da taxa, aproximando-a de um imposto e violando o art. 145, II, da Constituição.

(B) A instituição da taxa por meio de lei municipal está de acordo com o princípio da legalidade previsto na Constituição Federal.

(C) A cobrança de todos os imóveis, ainda que sem prestação ou disponibilidade do serviço, é legítima se prevista em lei municipal.

(D) A destinação integral dos recursos ao custeio da iluminação pública demonstra a vinculação necessária à natureza da taxa.

(E) A cobrança anual é compatível com a natureza tributária, ainda que desvinculada do uso efetivo do serviço.

QUESTÃO 37

Um servidor público municipal recebeu notificação sobre a inscrição de débito tributário em dívida ativa e passou a questionar os procedimentos cabíveis e as consequências jurídicas dessa inscrição.

Considerando a disciplina legal sobre dívida ativa e execução fiscal, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A inscrição em dívida ativa é um ato administrativo que formaliza o crédito tributário não pago e o torna exigível judicialmente.

(B) A dívida ativa pode ser contestada administrativamente antes do ajuizamento da execução fiscal, mediante defesa apresentada ao órgão competente.

(C) A execução fiscal pode ser proposta mesmo sem notificação prévia do devedor, desde que o crédito esteja regularmente constituído e inscrito.

(D) A inscrição em dívida ativa pode resultar na indisponibilidade cautelar de bens do devedor, desde que requerida e autorizada judicialmente no curso da execução.

(E) O devedor tem direito de requerer a revisão administrativa da dívida ativa a qualquer tempo, inclusive após a adesão a parcelamento do débito.

QUESTÃO 38

Diante da necessidade de ampliar a arrecadação, um município estuda alterar as alíquotas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). O projeto de lei em discussão prevê a majoração da alíquota do IPTU de forma escalonada, conforme o valor venal dos imóveis, e propõe aumento na alíquota do ITBI para transmissões onerosas de imóveis residenciais. Parte dos vereadores, entretanto, questionou a constitucionalidade dessas alterações, apontando possíveis violações a princípios constitucionais tributários e a regras de competência municipal.

Considerando a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional e os princípios que regem o sistema tributário nacional, indique a alternativa **CORRETA**.

(A) O aumento da alíquota do IPTU pode ser realizado por lei ordinária municipal, desde que observados os princípios da legalidade, da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal.

(B) O ITBI pode ter sua alíquota majorada por decreto do chefe do Executivo municipal, desde que respeitado o princípio da capacidade contributiva e não ultrapassados os limites definidos em lei complementar federal.

(C) O IPTU pode adotar progressividade em razão do valor venal do imóvel, permitindo ao município graduar alíquotas conforme a capacidade econômica do contribuinte, nos termos do art. 156, §1º, I, da Constituição.

(D) A alíquota do ITBI não pode ultrapassar 2% do valor da transmissão, limite estabelecido pela Constituição Federal e regulamentado por resolução do Senado.

(E) A majoração da alíquota do IPTU exige prévio estudo de impacto financeiro a ser aprovado pelo Tribunal de Contas do Município, como condição de validade do ato legislativo.

QUESTÃO 39

O crédito tributário, elemento essencial da relação jurídico-tributária, surge com o lançamento regularmente constituído pela autoridade administrativa e pode ter sua exigibilidade suspensa, extinta ou excluída conforme hipóteses legais previstas no Código Tributário Nacional. Cada instituto possui natureza e efeitos próprios, sendo imprescindível compreendê-los para a correta aplicação do direito tributário.

Com base nesses aspectos, indique a alternativa **CORRETA** ao analisar as assertivas a seguir.

I. O lançamento do crédito tributário pode ser realizado de ofício pela autoridade administrativa, por declaração do sujeito passivo ou por homologação do pagamento antecipado, conforme a natureza do tributo e a legislação aplicável.

II. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário pode ocorrer automaticamente com impetração de mandado de segurança, desde que presentes os requisitos legais e reconhecida a plausibilidade do direito invocado.

III. A extinção do crédito tributário pode se dar por pagamento, compensação ou remissão, sendo esta última uma hipótese de renúncia legal ao crédito tributário por parte do ente público.

IV. A exclusão do crédito tributário decorre de hipóteses previstas em lei, como a isenção e a anistia, não se confundindo com decadência ou prescrição, que são causas autônomas de extinção do crédito.

(A) Apenas a assertiva I está correta.

(B) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 40

A Constituição Federal de 1988 organiza a repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios com base no princípio da predominância do interesse, delimitando as matérias em que cada ente pode atuar. No campo ambiental, essa repartição assume especial relevância, uma vez que envolve competências legislativas concorrentes e suplementares, além de atribuições administrativas comuns.

Considerando essas competências e a situação em que um município pretende editar lei específica sobre a gestão de resíduos sólidos, identifique a alternativa **INCORRETA**.

(A) A União não pode legislar sobre matéria de interesse estritamente local, pois essa competência pertence aos Municípios.

(B) A União possui competência para editar normas gerais de proteção ao meio ambiente, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal complementá-las.

(C) Os Estados podem legislar sobre matéria ambiental, desde que observem as normas gerais editadas pela União, no exercício da competência concorrente.

(D) Os Municípios têm competência para editar leis sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

(E) Os Municípios não estão impedidos de legislar sobre proteção ao meio ambiente, podendo suplementar as normas gerais federais e estaduais de acordo com suas peculiaridades locais.

QUESTÃO 41

O planejamento orçamentário constitui instrumento fundamental para a gestão pública e está estruturado em três leis interligadas: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Cada uma delas possui conteúdo, função e hierarquia próprios, devendo ser elaboradas em conformidade com os princípios orçamentários constitucionais e infraconstitucionais, como legalidade, unidade, anualidade, exclusividade e equilíbrio.

Considere a situação em que um município elabora seu PPA definindo as diretrizes e metas para o período de quatro anos, aprova a LDO com orientações para o exercício seguinte e elabora a LOA para execução anual das ações governamentais. Nesse contexto, identifique a alternativa **INCORRETA**.

(A) O PPA não está sujeito à revisão obrigatória anual, devendo vigorar durante todo o período de quatro anos, salvo alterações excepcionais autorizadas por lei.

(B) A LDO tem por função estabelecer metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, orientando a elaboração da LOA e promovendo a compatibilização entre o plano plurianual e o orçamento anual.

(C) A LOA deve ser compatível com as diretrizes da LDO e com os objetivos e metas do PPA, sob pena de violação ao princípio da legalidade orçamentária e ao art.165 da Constituição Federal.

(D) O PPA é instrumento de planejamento de médio prazo que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, devendo iniciar no segundo ano de mandato e encerrar no primeiro ano do mandato seguinte.

(E) A LDO deve conter não apenas as metas e prioridades, mas também a previsão detalhada da receita e a fixação das despesas, constituindo a peça central de execução orçamentária.

QUESTÃO 42

Analise as assertivas abaixo e a seguir, aponte a alternativa **CORRETA** sobre a ética funcional e a cidadania na atuação do agente fazendário municipal, considerando os princípios constitucionais da Administração Pública e as normas éticas aplicáveis ao exercício da função fiscalizatória.

I. A manutenção de relações pessoais com contribuintes fiscalizados, ainda que sem contrapartida financeira, pode comprometer a impessoalidade e a moralidade, devendo ser evitada pelo agente fazendário.

II. A divulgação de informações obtidas no exercício da fiscalização é admitida quando houver interesse público relevante e não houver prejuízo à arrecadação tributária.

III. O agente fazendário deve atuar com isenção e probidade, sendo obrigado a comunicar à autoridade competente qualquer tentativa de interferência indevida ou oferecimento de vantagem.

IV. O sigilo fiscal, previsto no Código Tributário Nacional impede a divulgação de dados individuais de contribuintes, independente, se houver autorização judicial.

(A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.

(B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

(C) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.

(D) Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 43

A obrigação tributária, disciplinada pelo Código Tributário Nacional, pode apresentar-se sob as formas principal e acessória, ambas essenciais à efetividade do sistema fiscal. A primeira tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, enquanto a segunda impõe deveres instrumentais necessários à fiscalização e à arrecadação.

Considerando a natureza e os efeitos de cada uma, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A obrigação acessória possui natureza autônoma em relação à principal, razão pela qual seu descumprimento não interfere no surgimento do crédito tributário nem altera a exigibilidade do tributo.

(B) A obrigação tributária principal nasce com a ocorrência do fato gerador e extingue-se normalmente com o pagamento, podendo sua inadimplência ensejar a constituição de crédito tributário passível de execução fiscal.

(C) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e pode converter-se em principal, caso sua inobservância implique penalidade pecuniária, nos termos do art. 113, §3º, do CTN.

(D) Ambas as obrigações estão intrinsecamente vinculadas à atuação fiscalizatória do Estado, sendo a acessória, instrumento indispensável para a identificação do fato gerador e a exigência do tributo.

(E) A obrigação principal é considerada obrigação de resultado, por visar ao adimplemento do quantum devido, ao passo que a acessória se caracteriza como obrigação de meio, vinculada ao dever de colaboração do contribuinte com a Administração Tributária.

QUESTÃO 44

Em um município que busca modernizar sua gestão fiscal, o prefeito propõe a criação de uma autarquia para executar atividades de fiscalização e arrecadação tributária. A medida gerou debate sobre a distribuição de competências entre a administração direta — composta por órgãos que integram a estrutura do ente federativo — e a administração indireta, formada por entidades criadas por lei com personalidade jurídica própria.

No contexto das atribuições típicas do agente fazendário municipal e da atuação da administração tributária, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A constituição do crédito tributário é função exclusiva da administração indireta, devendo ser transferida à autarquia criada para esse fim.

(B) A Secretaria Municipal de Finanças, integrante da administração direta, exerce poder de polícia fiscal e competência para lançar e cobrar tributos, ainda que possa delegar atividades acessórias a entidades da administração indireta.

(C) As autarquias municipais, por possuírem autonomia administrativa e financeira, podem instituir tributos por ato próprio, desde que observados os limites constitucionais.

(D) A descentralização administrativa implica a transferência integral da competência tributária do ente político para a entidade da administração indireta.

(E) A criação de entidades da administração indireta dispensa lei específica, bastando decreto do Poder Executivo municipal.

QUESTÃO 45

A transparência fiscal e a prestação de contas constituem princípios estruturantes da administração fazendária contemporânea, sendo instrumentos essenciais para a legitimidade da atuação estatal, a responsabilização dos agentes públicos e o controle social sobre a gestão tributária e orçamentária. A evolução tecnológica incorporou novos deveres ao poder público, exigindo a disponibilização de informações fiscais em meios eletrônicos acessíveis, com linguagem cidadã e em formatos abertos que permitam auditoria social e controle externo.

Considerando as exigências constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal e as práticas modernas de governança fiscal digital, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A disponibilização eletrônica de relatórios fiscais atende ao princípio da transparência ainda que não possibilite a extração automatizada de dados nem permita a análise independente por cidadãos ou órgãos de controle.

(B) A publicidade fiscal limita-se à divulgação anual dos balanços gerais do município, sendo facultativa a publicação de informações em tempo real sobre execução orçamentária e arrecadação tributária.

(C) A prestação de contas e a responsabilidade pela integridade das informações publicadas são exclusivas do chefe do Executivo, não alcançando os agentes fazendários que produzem ou inserem dados nos sistemas eletrônicos.

(D) A transparência ativa, prevista na LRF, exige que os dados fiscais estejam disponíveis em meio eletrônico de acesso público, em linguagem compreensível e formato aberto, de modo a possibilitar o controle social e a auditoria por órgãos internos e externos.

(E) A proteção ao sigilo fiscal impede a divulgação de qualquer informação tributária em ambiente digital, mesmo que apresentada de forma agregada ou anonimizada.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 46

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou os direitos sociais como instrumentos de concretização da justiça distributiva e da dignidade humana, vinculando o Estado a prestações positivas que transcendem o mero reconhecimento formal. Tais direitos, além de se relacionarem diretamente com a ordem econômica e social, refletem a opção do constituinte por um Estado prestacional e garantidor de condições mínimas para o pleno exercício da cidadania.

Considerando a disciplina constitucional dos direitos sociais, analise as assertivas abaixo e aponte a alternativa **CORRETA**.

I – Embora parte significativa dos direitos sociais dependa de regulamentação infraconstitucional para sua plena concretização, a doutrina constitucional majoritária os classifica predominantemente como normas de eficácia limitada, uma vez que sua implementação material exige atuação estatal planejada e progressiva, não sendo possível atribuir-lhes, em regra, aplicabilidade imediata e plena eficácia sem a mediação legislativa.

II – A proteção à maternidade e à infância, ao lado da assistência aos desamparados, integra o rol dos direitos sociais expressos no texto constitucional e impõe ao Estado tanto o dever de prestação direta de serviços quanto a formulação de políticas públicas, podendo ser exigida judicialmente mesmo na ausência de regulamentação específica.

III – O direito à greve é assegurado aos trabalhadores do setor público e privado, cabendo a estes decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses a serem defendidos, vedada a intervenção legislativa na definição dos serviços essenciais em razão do princípio da separação dos Poderes.

IV – A unicidade sindical, ao impedir a criação de mais de uma entidade representativa da mesma categoria em determinada base territorial, configura limitação ao direito de liberdade sindical, admitida pela ordem constitucional brasileira, e sua observância constitui requisito de legitimidade da atuação sindical perante o Estado.

- (A) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 47

A Lei Orgânica do Município de Cairu, em harmonia com os princípios constitucionais que regem a Federação, estabelece as diretrizes fundamentais da organização político-administrativa municipal, delimitando as competências dos poderes, a autonomia do ente local e os mecanismos de atuação administrativa. Tais dispositivos são essenciais para a compreensão do papel institucional do Município e da atuação de seus agentes públicos.

Com base no que dispõe a Lei Orgânica de Cairu e na interpretação sistemática de seus dispositivos, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) O Município de Cairu detém competência legislativa concorrente com o Estado para legislar sobre direito penal e processual penal, desde que a matéria tenha impacto direto na segurança pública local.

(B) É competência exclusiva da Câmara Municipal autorizar o prefeito a ausentar-se do município por qualquer período, independentemente de tempo, sob pena de perda do mandato.

(C) Compete privativamente ao prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de secretarias e órgãos da administração pública municipal, bem como aquelas que fixem ou alterem a remuneração de cargos e funções no âmbito do Executivo.

(D) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do município será exercida unicamente pelo Poder Executivo, por meio dos órgãos de controle interno, sendo vedada qualquer forma de controle externo por parte do Legislativo.

(E) Compete ao Município, em cooperação com a União e o Estado, instituir normas gerais sobre trânsito, transporte intermunicipal e segurança pública, podendo, inclusive, criar forças armadas municipais para atuar em conjunto com os órgãos estaduais.

QUESTÃO 48

O Estatuto dos Servidores Municipais de Cairu disciplina de forma detalhada o regime jurídico aplicável aos agentes públicos municipais, abrangendo desde o provimento de cargos e exercício de funções até as licenças, deveres e responsabilidades funcionais.

Considerando as disposições da Lei nº 89/1998 e suas alterações posteriores, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O servidor poderá permanecer afastado em licença para tratar de interesses particulares por período superior a dois anos, desde que fundamentado o pedido e autorizado pelo prefeito, sem necessidade de observar intervalo entre uma licença e outra.

(B) A readaptação do servidor estável, quando motivada por alteração de sua capacidade física ou mental, poderá acarretar diminuição proporcional de seus vencimentos, desde que expressamente autorizada por laudo médico e ato do prefeito.

(C) O servidor em licença para capacitação deverá comprovar matrícula ou permanência no curso apenas no ato do requerimento, não sendo exigida nova comprovação periódica durante o afastamento.

(D) O servidor poderá optar entre o recebimento de adicional de insalubridade e de periculosidade quando exposto simultaneamente a agentes insalubres e perigosos, sendo vedada a acumulação dos dois benefícios.

(E) O estágio probatório será de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício, período no qual serão apurados requisitos como assiduidade, disciplina, eficiência e dedicação ao serviço.

QUESTÃO 49

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do Município de Cairu disciplinam a estrutura federativa brasileira e as competências atribuídas ao município, conferindo-lhe autonomia política, administrativa e financeira, além de estabelecerem os limites de atuação de seus poderes constituídos.

Considerando o que dispõem tais normas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A autonomia municipal compreende a capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração, sendo-lhe assegurada competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual quando necessário ao atendimento de suas peculiaridades.

(B) Compete ao Município legislar concorrentemente com a União e os Estados sobre direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico, sempre que tais matérias tenham reflexo direto sobre os serviços públicos de sua responsabilidade.

(C) A Câmara Municipal exerce, entre outras atribuições, a de julgar anualmente as contas prestadas pelo prefeito, deliberando sobre parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa.

(D) É de competência privativa do prefeito a direção superior da administração municipal e a iniciativa de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração, bem como sobre servidores públicos, seu regime jurídico e provimento de cargos.

(E) O Município de Cairu poderá firmar convênios e consórcios com outros entes federativos para execução de serviços públicos de interesse comum, observada a legislação aplicável e desde que não implique renúncia de sua autonomia constitucional.

QUESTÃO 50

A Lei Complementar nº 765/2024 institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Município de Cairu, definindo princípios, diretrizes, formas de desenvolvimento funcional e estrutura da administração municipal.

Tendo em vista as disposições dessa norma, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A evolução funcional dos servidores municipais dá-se exclusivamente por meio de promoção vertical, vinculada ao tempo de serviço e ao mérito aferido em avaliação periódica, sendo vedada a progressão horizontal para padrões de vencimento dentro da mesma classe.

(B) A progressão funcional horizontal é a passagem do servidor de um padrão de vencimento para outro imediatamente superior dentro da mesma classe, condicionada ao cumprimento dos requisitos de tempo mínimo no cargo, resultado satisfatório em avaliação de desempenho e participação em programas de capacitação quando previstos.

(C) A promoção funcional dispensa a comprovação de escolaridade superior à exigida para o ingresso no cargo efetivo, bastando o tempo de serviço e o resultado obtido em avaliação anual de desempenho.

(D) As carreiras dos servidores municipais são compostas por apenas duas classes, sendo vedada a subdivisão em padrões de vencimento ou níveis intermediários, a fim de garantir isonomia entre cargos de igual atribuição.

(E) O enquadramento do servidor no novo plano ocorrerá automaticamente após sua aprovação, sendo dispensada qualquer análise documental ou ato formal de homologação pela autoridade competente.